

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO
MATO GROSSO DO SUL - CAU/MS

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO MATO GROSSO DO SUL - CAU/MS

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Mato Grosso do Sul - CAU/MS
Campo Grande - MS

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Mato Grosso do Sul - CAU/MS ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Mato Grosso do Sul - CAU/MS em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 02.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e limitação de circulação

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 2.1 e 3.2.1, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 04 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nesse sentido, o presente relatório pode não servir para outras finalidades e, portanto, sua distribuição deve ser limitada às partes familiarizadas com seus objetivos e sua base de elaboração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 02, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;



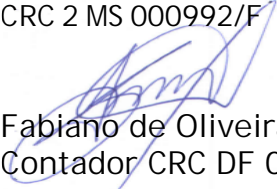
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 16 de março de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 MS 000992/F


Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC DF 015827/O-3 - S - MS

CAU - MS

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Mato Grosso do Sul

CNPJ: 14.807.913/0001-29

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Balanco Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	985.829	534.945	PASSIVO CIRCULANTE	287.798	199.306
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	325.863	429.725	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	3.226	2.893
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	649.822	96.089	PROVISÕES A CURTO PRAZO	284.572	196.413
CLIENTES	592.121	500.440			
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	1.115.794	752.426			
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	(1.058.094)	(1.156.777)			
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	10.143	9.130			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	672.455	713.913			
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	66.825	69.769	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	-	117.360
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	66.825	69.769	PROVISÕES A LONGO PRAZO	-	117.360
IMOBILIZADO	605.630	644.143			
BENS MÓVEIS	588.082	584.315			
BENS IMÓVEIS	490.930	490.930			
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO	(473.382)	(431.102)			
			TOTAL DO PASSIVO	287.798	316.666
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	-	-
			Ajuste de avaliação Patrimonial	-	-
			Demais Reservas	-	-
			Resultados Acumulados	1.370.485	932.192
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.370.485	932.192
TOTAL	1.658.283	1.248.857	TOTAL	1.658.283	-1.248.857
ATIVO FINANCEIRO	325.863	429.725	PASSIVO FINANCEIRO	235.438	199.306
ATIVO PERMANENTE	1.332.420	819.132	PASSIVO PERMANENTE	52.360	117.360
SALDO PATRIMONIAL				1.370.485	932.192

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos			Saldo do Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Execução de Direitos Conveniados	-	-	Execução de Obrigações Conveniadas	-	-
Execução de Direitos Contratuais	-	-	Execução de Obrigações Contratuais	129.218	-
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	-	-	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	129.218	-

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro


	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	90.425	230.420


Campo Grande-MS, 31 de dezembro de 2018

MOACIR DIAS CARDOSO JUNIOR
CONTADOR
CRC/MS nº 012685/O
040.509.021-84

LUÍS EDUARDO COSTA
PRESIDENTE CAU/MS
CAU - A22849-4 MS
543.985.681-15

Impresso em: 28/03/2019 16:12

 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página:1/1

Página:1/1

CAU - MS

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Mato Grosso do Sul

CNPJ: 14.807.913/0001-29

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Balço Financeiro


INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	2.563.887	2.434.471	Despesa Orçamentária	2.667.069	2.717.213
RECEITA REALIZADA	2.563.887	2.434.471	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADADO	3.226	2.893
RECEITA CORRENTE	2.563.887	2.434.471	CREDITO EMPENHADO - PAGO	2.663.843	2.714.320
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	855.198	800.544	DESPESA CORRENTE	2.660.076	2.697.208
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	855.198	800.544	PESSOAL	1.638.930	1.557.439
ANUIDADES	855.198	800.544	MATERIAL DE CONSUMO	10.738	13.748
RECEITA DE SERVIÇOS	1.543.026	1.462.442	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	385.116	425.236
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	4.903	6.170	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	245.672	296.463
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	1.538.123	1.456.129	ENCARGOS DIVERSOS	85.405	96.057
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	-	144	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.208	-
FINANCEIRAS	98.734	123.655	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	293.005	308.265
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	32.772	29.028	DESPESA DE CAPITAL	3.767	17.112
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	65.962	94.627	INVESTIMENTOS	3.767	17.112
MULTAS SOBRE ANUIDADES	35.459	29.745		-	-
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	30.503	64.883		-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	66.929	47.831		-	-
MULTAS DE INFRAÇÕES	42.423	33.623		-	-
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.972	13.447		-	-
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	1.462	761		-	-
ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA POR AÇÕES JUDICIAIS	72	-		-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	-	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	346.845	328.179	Pagamentos Extraorçamentários	347.526	327.545
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	-	-
Inscrição de Restos a Pagar Processados	3.226	2.893	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	2.893	5.461
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	199.948	179.593	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	199.948	179.593
Outros Recebimentos Extraorçamentários	143.671	145.693	Outros Pagamentos Extraorçamentários	144.685	142.491
Saldo em espécie do Exercício Anterior	429.725	711.833	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	325.863	429.725
Caixa e Equivalente de Caixa	429.725	711.833	Caixa e Equivalente de Caixa	325.863	429.725
Depósitos. Rest. Vlr. Vinculados	-	-	Depósitos. Rest. Vlr. Vinculados	-	-
Total:	3.340.458	3.474.483		3.340.458	3.474.483


Campo Grande-MS, 31 de dezembro de 2018

MOACIR DIAS CARDOSO JUNIOR
CONTADOR
012685/O
040.509.021-84

LUÍS EDUARDO COSTA
PRESIDENTE CAU/MS
CAU - A22849-4 MS
543.985.681-15

Impresso em: 28/03/2019 16:22

 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página:1/1

CAU - MS

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Mato Grosso do Sul
CNPJ: 14.807.913/0001-29

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Balanco Orçamentário

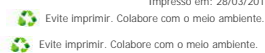
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
RECEITA CORRENTE	2.938.935	2.897.816	2.938.935	2.897.816	(333.929)		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.084.042	993.509	1.084.042	993.509	(138.311)		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.084.042	993.509	1.084.042	993.509	(138.311)		
ANUIDADES	1.084.042	993.509	1.084.042	993.509	(138.311)		
RECEITA DE SERVIÇOS	1.622.242	1.668.741	1.622.242	1.668.741	(125.715)		
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	-	-	-	-	4.903		
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	1.622.242	1.668.741	1.622.242	1.668.741	(130.618)		
FINANCEIRAS	202.651	178.638	202.651	178.638	(40.517)		
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	102.651	126.698	102.651	126.698	(93.926)		
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	100.000	51.940	100.000	51.940	105.349		
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	-	-	-	-	39.387		
MULTAS SOBRE ANUIDADES	-	-	-	-	35.459		
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	100.000	51.940	100.000	51.940	(21.437)		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	30.000	56.928	30.000	56.928	(29.386)		
MULTAS DE INFRAÇÕES	-	-	-	-	3.036		
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-	-	-	-	22.972		
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	30.000	56.928	30.000	56.928	(55.467)		
ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA POR AÇÕES JUDICIAIS	-	-	-	-	72		
RECEITA DE CAPITAL	300.000	100.000	300.000	100.000	(100.000)		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	300.000	100.000	300.000	100.000	(100.000)		
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	300.000	100.000	300.000	100.000	(100.000)		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-		
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	3.238.935	2.997.816	3.238.935	2.997.816	(433.929)		
DEFICIT	-	-	-	-	103.182		
TOTAL	3.238.935	2.997.816	3.238.935	2.997.816	(330.748)		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO	DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	2.938.935	2.897.816	2.663.302	2.663.302	2.660.076	234.515	
PESSOAL	1.646.330	1.642.529	1.626.515	1.626.515	1.626.515	16.014	
PESSOAL E ENCARGOS	1.613.330	1.611.894	1.611.894	1.611.894	1.611.894	-	
DIÁRIAS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	33.000	30.635	14.621	14.621	14.621	16.014	
MATERIAL DE CONSUMO	17.300	13.238	10.738	10.738	10.738	2.500	
MATERIAL DE CONSUMO	17.300	13.238	10.738	10.738	10.738	2.500	
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	466.800	438.830	397.531	397.531	397.531	41.299	
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	71.800	63.733	61.781	61.781	61.781	1.952	
DIÁRIAS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	132.000	124.266	88.153	88.153	88.153	36.113	
ALUGUEL DE IMÓVEL PESSOA FÍSICA	260.000	243.247	243.247	243.247	243.247	-	
RESARCIMENTOS	3.000	7.584	4.350	4.350	4.350	3.234	
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	339.500	343.388	248.899	248.899	245.672	94.489	
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	15.000	8.500	1.656	1.656	1.656	6.844	
SERVIÇOS PRESTADOS	248.500	254.699	211.689	211.689	208.463	43.010	
PASSAGENS	76.000	80.189	35.554	35.554	35.554	44.636	
ENCARGOS DIVERSOS	89.600	102.362	85.405	85.405	85.405	16.957	
ENCARGOS DIVERSOS	89.600	102.362	85.405	85.405	85.405	16.957	
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	1.208	1.208	1.208	1.208	-	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	374.405	352.468	293.005	293.005	293.005	59.463	
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	86.814	86.814	86.814	86.814	86.814	-	
CONVÊNIO, CONTRATOS E PATROCÍNIO	74.442	68.653	9.190	9.190	9.190	59.463	
CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS	213.149	197.001	197.001	197.001	197.001	-	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000	3.792	-	-	-	3.792	
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	300.000	100.000	3.767	3.767	3.767	96.233	
INVESTIMENTOS	300.000	100.000	3.767	3.767	3.767	96.233	
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	210.000	80.000	-	-	-	80.000	
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	90.000	20.000	3.767	3.767	3.767	16.233	
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	3.238.935	2.997.816	2.667.069	2.667.069	2.663.843	330.748	
SUPERÁVIT	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	3.238.935	2.997.816	2.667.069	2.667.069	2.663.843	330.748	

Campo Grande-MS, 31 de dezembro de 2018

MOACIR DIAS CARDOSO JUNIOR
CONTADOR
CRC/MS nº 012685/O
040.509.021-84

LUÍS EDUARDO COSTA
PRESIDENTE CAU/MS
CAU - A22849-4 MS
543.985.681-15

Impresso em: 28/03/2019 16:17



Variações Patrimoniais

VARIações PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	3.168.284	3.304.684	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	2.729.991	3.380.713
CONTRIBUIÇÕES	1.307.303	1.184.757	PESSOAL E ENCARGOS	1.632.694	1.512.492
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.307.303	1.184.757	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	1.558.180	1.446.276
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.307.303	1.184.757	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	1.558.180	1.446.276
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	1.543.026	1.462.442	BENEFÍCIOS A PESSOAL	74.514	66.215
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.543.026	1.462.442	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	74.514	66.215
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.543.026	1.462.442	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	557.436	702.866
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	138.122	154.119	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	10.738	13.748
JUROS E ENCARGOS DE MORA	72.159	59.492	CONSUMO DE MATERIAL	10.738	13.748
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	72.159	59.492	SERVIÇOS	504.417	608.328
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	65.962	94.627	DIARIAS	89.910	132.251
MULTAS SOBRE ANUIDADES	65.962	94.627	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	114.549	146.814
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	-	486.000	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	299.958	329.263
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS POR DOAÇÃO	-	486.000	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	42.281	80.790
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS POR DOAÇÃO - BENS IMOVEIS	-	486.000	DEPRECIACAO	42.281	80.790
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	179.833	17.367	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	293.005	308.265
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	1.462	761	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	293.005	308.265
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	1.462	761	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	293.005	308.265
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	178.372	16.606	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	3.608	437.685
MULTAS ADMINISTRATIVAS	3.036	3.159	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	3.608	437.685
INDENIZAÇÕES	22.972	13.447	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISAO PARA PERDAS DE CREDITOS	3.608	437.685
ONUS DE SUCUMBÊNCIA POR AÇÕES JUDICIAIS	72	-	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	243.247	419.405
REVERSAO DE PROVISÕES	152.291	-	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	243.247	419.405
	-	-	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	243.247	419.405
Total das Variações Ativas :	3.168.284	3.304.684	Total das Variações Passivas :	2.729.991	3.380.713
Déficit do Exercício		RESULTADO PATRIMONIAL		438.293	
		76.029	Superávit do Exercício		
Total	3.168.284	3.380.713	Total	3.168.284	3.380.713

Campo Grande-MS, 31 de dezembro de 2018

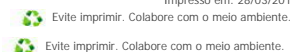
MOACIR DIAS CARDOSO JUNIOR
CONTADOR
012685/O
040.509.021-84

LUÍS EDUARDO COSTA
PRESIDENTE CAU/MS
CAU - A22849-4 MS
543.985.681-15

Variações Patrimoniais Qualitativas
(decorrentes da execução orçamentária)

VARIAÇÕES ATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior	VARIAÇÕES PASSIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	3.767	-	INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	-	-
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	-	-	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	-	-

Impresso em: 28/03/2019 16:24



CAU - MS

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Mato Grosso do Sul
CNPJ: 14.807.913/0001-29

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Demonstração dos Fluxos de Caixa


	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-	-
INGRESSOS	-	-
RECEITA CORRENTE	2.563.887	2.434.471
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	855.198	800.544
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	855.198	800.544
ANUIDADES	855.198	800.544
RECEITA DE SERVIÇOS	1.543.026	1.462.442
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	4.903	6.170
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	1.538.123	1.456.129
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	-	144
FINANCEIRAS	98.734	123.655
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	32.772	29.028
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	65.962	94.627
MULTAS SOBRE ANUIDADES	35.459	29.745
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	30.503	64.883
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	66.929	47.831
MULTAS DE INFRAÇÕES	42.423	33.623
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.972	13.447
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	1.462	761
ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA POR AÇÕES JUDICIAIS	72	-
OUTROS INGRESSOS	352.808	325.286
DESEMBOLSOS	-	-
DESPESA CORRENTE	2.660.076	2.697.208
PESSOAL	1.638.930	1.557.439
MATERIAL DE CONSUMO	10.738	13.748
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	385.116	425.236
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	245.672	296.463
ENCARGOS DIVERSOS	85.405	96.057
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.208	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	293.005	308.265
OUTROS DESEMBOLSOS	356.715	327.545
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	(100.095)	(264.995)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
INVESTIMENTOS	3.767	17.112
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(3.767)	(17.112)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(103.862)	(282.107)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	429.725	711.833
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	325.863	429.725

Campo Grande-MS, 31 de dezembro de 2018

MOACIR DIAS CARDOSO JUNIOR
CONTADOR
012685/O
040.509.021-84

LUÍS EDUARDO COSTA
PRESIDENTE CAU/MS
CAU - A22849-4 MS
543.985.681-15

Impresso em: 28/03/2019 16:26

 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

 Evite imprimir. Colabore com o meio ambiente.

Página:1/1

Página:1/1

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul - CAU/MS, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/MS é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/MS aprovado pela Deliberação Plenária nº 107 DPOMS Nº 0047-03/2015.

O Conselho está localizado na Rua Espírito Santo, nº 205, Bairro Jardim dos Estados, CEP: 79.020-080, Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 3.4), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (Nota 3.2.1) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 3.8). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Inclui caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/MS procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) Base de mensuração - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.
- c) Julgamento pela aplicação - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/MS, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/MS segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos	Valor residual
Móveis e utensílios	5	10%
Veículos de uso administrativo	5	10%
Veículos de uso da fiscalização	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	5	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/MS procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração - O CAU/MS adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

- a) Risco de Crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

- i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo;

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

- b) Risco de mercado: O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.
- c) Risco de liquidez: O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2018	2017
Banco conta movimento	-	7.804
Aplicações financeiras		
BB conta aplicação CDB/DI	-	111.613
BB conta aplicação BB Renda Fixa CP 30 mil	-	310.309
BB CP Admin Absoluto - Setor Público Absoluto	325.863	-
Total	<u>325.863</u>	<u>429.725</u>

As aplicações financeiras em 2017 estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB/DI) e por títulos de renda fixa (BB Renda Fixa Curto Prazo 30 mil) emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

As aplicações financeiras em 2018 estão representadas, apenas, por títulos de renda fixa em curto prazo (BB Setor Público Absoluto e BB Setor Público Supremo), emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

Importante ressaltar que durante o exercício de 2018, houve a transferência integral do saldo da conta de aplicações financeiras, representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB/DI) e de aplicações em títulos BB Renda Fixa Curto Prazo 30 mil, para as novas aplicações financeiras utilizadas pela Entidade. As novas contas de aplicações financeiras utilizadas a partir de 2018 foram: BB Setor Público Absoluto e BB Setor Público Supremo.

Tal decisão administrativa visa o melhor aproveitamento das aplicações financeiras, mediante a maximização das receitas provenientes dos rendimentos destes ativos financeiros.

6. Créditos de curto prazo

Descrição	2018	2017
Créditos de anuidades do exercício	592.121	500.440
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	1.115.794	752.426
(-) Provisão para devedores duvidosos	(1.058.094)	(1.156.777)
Total	649.822	96.089

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

Os valores apresentados em Créditos de curto prazo, em 31 de dezembro de 2017 e 2018, se subdividem em dois grupos: os valores a receber referente a anuidades de pessoas físicas e os valores a receber oriundos de anuidades de pessoas jurídicas. Dados extraídos do SICCAU (Relatórios Financeiros 14 e 15, empresas e profissionais, respectivamente).

Os valores a receber referente a anuidades de pessoa física e jurídica estão dispostos conforme planilha abaixo:

Contas a Receber de Anuidades (por ano)	2017		2018	
	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Pessoa Jurídica
Exercício Financeiro de 2013	55.039	42.323	53.786	39.187
Exercício Financeiro de 2014	77.267	58.805	71.850	55.384
Exercício Financeiro de 2015	113.763	86.354	104.557	82.036
Exercício Financeiro de 2016	192.784	126.090	168.465	119.178
Exercício Financeiro de 2017	328.077	172.363	262.668	158.682
Exercício Financeiro de 2018	-	-	398.261	193.860
	766.930	485.936	1.059.588	648.328

Para os exercícios financeiros de 2017 e 2018, houve a constituição da Provisão para Devedores Duvidosos, nos moldes dispostos para as políticas contábeis, item 3.2 destas Notas Explicativas, nos seguintes valores:

Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)	2017		2018	
	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Pessoa Física	Pessoa Jurídica
Exercício Financeiro de 2012	35.117	25.903	33.931	25.882
Exercício Financeiro de 2013	48.137	37.016	46.498	36.781
Exercício Financeiro de 2014	67.578	51.431	62.114	51.984
Exercício Financeiro de 2015	99.497	75.526	90.390	76.999
Exercício Financeiro de 2016	168.609	110.278	145.638	111.861
Exercício Financeiro de 2017	286.936	150.749	227.077	148.939
	<u>705.874</u>	<u>450.903</u>	<u>605.648</u>	<u>452.445</u>

O critério utilizado para a constituição da Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) foi o que melhor traduz a expectativa da Entidade no momento, quanto ao recebimento de tais valores e, por intermédio do Princípio da Prudência, houve a adoção do menor valor para os componentes do ativo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido. Eventuais distorções de valores provisionados serão ajustadas ao longo dos exercícios financeiros seguintes.

7. Demais Créditos e Valores em curto prazo

Para o valor apresentado no subgrupo do Ativo Circulante, denominado de Demais Créditos e Valores em curto prazo, a Entidade registrou os valores referentes a adiantamento de férias (conta contábil 1.1.3.1.2.01 - Adiantamento de férias) e crédito junto ao CAU/BR, por motivo de ressarcimento a arquiteto.

Os saldos dos Demais créditos e Valores de curto prazo estão dispostos conforme planilha abaixo:

Descrição	2018	2017
Adiantamento de Férias	10.125	9.130
Valores a receber junto CAU/BR	18	-
Total	<u>10.143</u>	<u>9.130</u>

8. Ativo Realizável a Longo Prazo

O processo de Inscrição em Dívida Ativa resultou no valor disposto em Créditos a Longo Prazo (Ativo Não Circulante). Os valores apresentados constam em Relatório Gerencial Financeiro, extraído da Plataforma SICCAU (Relatórios Financeiros 14 e 15, já mencionado anteriormente).

Os valores estão dispostos conforme a planilha abaixo:

Descrição	2018	2017
Anuidades de Pessoa Física*	39.249	40.152
Anuidades de Pessoa Jurídica*	27.575	29.617
Total	66.825	69.769

*Os valores representam apenas o exercício financeiro de 2012

9. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2018	2017
Terrenos	490.930	-	490.930	490.930
Instalações	3.224	(1.119)	2.105	2.470
Veículos	92.868	(81.484)	11.384	16.964
Móveis e utensílios	177.906	(147.855)	30.051	37.064
Máquinas e Equipamentos	153.057	(128.289)	24.768	32.657
Equipamentos de Processamento de Dados	138.925	(108.398)	30.526	47.244
Sistemas de Processamento de Dados	10.554	(4.706)	5.849	6.799
Obras de Arte	9.754	-	9.754	9.754
Outros*	1.794	(1.532)	262	262
Total	1.079.012	(473.382)	605.630	644.143

*Utensílios de Copa e Cozinha.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

	31.12.2017	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2018
Terrenos	490.930	-	-	-	490.930
Imóveis	-	-	-	-	-
Instalações	3.224	-	-	(1.119)	2.105
Veículos	92.868	-	-	(81.484)	11.384
Móveis e utensílios	177.432	474	-	(147.855)	30.051
Máquinas e Equipamentos	150.907	2.150	-	(128.289)	24.768
Equipamentos de Processamento de Dados	137.782	1.143	-	(108.398)	30.527
Sistemas de Processamento de Dados	10.554	-	-	(4.705)	5.849
Obras de Arte	9.754	-	-	-	9.754
Outros*	1.794	-	-	(1.532)	262
Total	1.075.245	3.767	-	(473.382)	605.630

*Utensílios de Copa e Cozinha.

11. Fornecedores a pagar

Descrição	2018	2017
Prestação de serviço	3.226	2.893
Total	<u>3.226</u>	<u>2.893</u>

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
A vencer	-	-
Vencidos:		
Até 30 dias	3.226	2.893
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
	<u>3.226</u>	<u>2.893</u>

Todas as obrigações com fornecedores, apresentadas no Balanço Patrimonial, foram devidamente quitadas em janeiro de 2019.

12. Provisões a Curto Prazo

Descrição		2018	2017
Férias		129.122	111.766
INSS		26.470	24.588
FGTS		10.330	8.940
PIS/PASEP		1.291	1.118
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	13	65.000	50.000
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO	13	52.360	-
Total		<u>284.572</u>	<u>196.413</u>

13. Provisão para riscos processuais

A Entidade é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão assim representadas:

Descrição	2018	2017
Trabalhistas	65.000	115.000
Cíveis	52.360	52.360
Total	117.360	167.360

A movimentação da provisão no exercício de 2018 está demonstrada a seguir:

	2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	2018
Trabalhistas	115.000	-	(50.000)	-	-	65.000
Cíveis	52.360	-	-	-	-	52.360
Total	167.360	-	(50.000)	-	-	117.360

a. Natureza das contingências: A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

De acordo com o departamento jurídico da Entidade, houve uma atualização dos processos trabalhistas movidos contra o CAU/MS, classificando como de provável perda apenas a ação promovida pela autora Mariana Estrada Coelho, Processo nº 0024305-58.2017.5.24.0002 (que tramita na 2ª Vara do Trabalho de Campo Grande), tendo como valor provável de realização de R\$ 65.000 (sessenta e cinco mil reais), o qual foi registrado no Passivo Não Circulante em 2017 e, que teve seu saldo remanejado para o Passivo Circulante da Entidade, por entendimento do Parecer Jurídico (Ofício nº 001/2019 - PROJUR - CAU/MS) no sentido de que tais valores prováveis de perda constituídos em respectiva provisão, serão utilizados para cobrir os gastos com tais contingências trabalhistas, dentro do próximo exercício social.

A ação trabalhista promovida pela autora Patrícia de Oliveira Georges, Processo nº 0024628-82.2016.5.24.0007 (movida na 7ª Vara do Trabalho de Campo Grande), inicialmente provisionada no Passivo Circulante da Entidade, em 31 de dezembro de 2017, teve seu pedido julgado procedente quando da apreciação em primeira instância. A Entidade impetrou recurso, pela reforma total da decisão em 28 de setembro de 2018. A decisão da primeira instância foi integralmente reformada pelo acórdão expedido em 17 de outubro de 2018, acórdão este transitado em julgado em 2018. Portanto, este valor que foi provisionado como de possível perda, foi revertido em 2018.

Também de acordo com o departamento jurídico, no exercício social de 2018, houve o remanejamento do saldo da provisão constituída para contingências cíveis, no valor de R\$ 52.360 (Cinquenta e dois mil, trezentos e sessenta reais), inicialmente reconhecida no Passivo Não Circulante, para o Passivo Circulante da Entidade, por entendimento do Parecer Jurídico (Relatório Anexo ao Ofício nº 001/2019 - PROJUR - CAU/MS) de que tal demanda judicial terá desfecho dentro dos próximos 12 (doze) meses. Tal valor refere-se ao processo de nº 0001344-37.2017.403.6002 que representa uma demanda de Anulação de ato c/c Pedido de Liminar de Tutela de urgência c/c Dano Moral proposta por Liliana Lima dos Santos e Armando de Lima Matos.

b. Perdas possíveis não provisionadas no Balanço Patrimonial: Em 31 de dezembro de 2018, não há perdas classificadas como de possíveis e que não tenham sido provisionadas no Balanço Patrimonial.

14. Patrimônio Líquido

Descrição	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Superávit/(Déficit do exercício)	(932.192)	(1.727.312)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	719.092
Resultados Acumulados	<u>(438.294)</u>	<u>76.029</u>
Total	<u><u>(1.370.485)</u></u>	<u><u>(932.192)</u></u>

O Patrimônio Líquido (PL) da Entidade em 31 de outubro de 2018 é composto apenas de Resultados Acumulados (resultados superavitários menos eventuais resultados de exercícios deficitários) de exercícios anteriores. Através da equação fundamental do patrimônio, o PL da Entidade é obtido através da operação matemática: Ativos (bens e direitos) menos Passivos (obrigações).

Em síntese, O CAU/MS nunca realizou Ajuste de Avaliação Patrimonial, procedimento este que pode ser entendido como uma espécie de correção dos valores de ativos e de passivos, em relação aos seus valores justos.

Em 2018, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul registrou um superávit patrimonial na ordem de R\$438.293 (quatrocentos e trinta e oito mil duzentos e noventa e três reais e dezessete centavos). O PL do CAU/MS, em 31 de dezembro de 2018 é de R\$1.370.485 (um milhão trezentos e setenta mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e sessenta e sete centavos).

Tal superávit patrimonial deu-se em função, principalmente, do aumento nos Créditos a Curto Prazo (aprimoramento na ferramenta SICCAU, que possibilitou um melhoramento no registro do ativo da Entidade, acerca dos valores a título de anuidades de pessoas físicas e jurídicas, relativo aos exercícios financeiros de 2013 a 2018), e redução das provisões para contingências trabalhistas e civis a longo prazo (Passivo Não Circulante).

Importante mencionar que também houve impactos que causaram decréscimo patrimonial, tais como a redução em caixas e equivalentes de caixa, redução no total do Ativo Não-Circulante (ANC), este último muito devido ao aumento no valor da depreciação acumulada e, o aumento nas provisões a curto prazo, para atendimento das despesas com férias de funcionários, bem como dos encargos sociais sobre tais despesas.

A redução na provisão para atendimento a possível contingência trabalhista e civil, a longo prazo, foi melhor abordada no item anterior (13. Provisão para Riscos Processuais).

As demais contas patrimoniais apresentaram pouca variação, no comparativo entre os exercícios de 2017 e 2018.

15. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2018 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/MS, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2018 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

16. Despesas por natureza

Classificação por natureza	2018	2017
Depreciação e amortização	42.281	80.790
Despesas com pessoal e encargos	1.632.694	1.512.492
Despesas com contratação de terceiros	414.507	476.077
Despesas com diárias	89.910	132.251
Transferências concedidas	293.005	308.265
Uso de material de consumo	10.738	13.748
Desvalorização e perda de ativos	3.608	437.685
Outras variações patrimoniais diminutivas	243.247	419.405
	<u>2.729.991</u>	<u>3.380.713</u>

17. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2018	2017
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	3.168.284	3.304.684
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(2.729.991)	(3.380.713)
(=) Superávit/Déficit Patrimonial apurado	<u>438.293</u>	<u>(76.029)</u>
Resultado Orçamentário	2018	2017
Receita Orçamentária Arrecadada	2.563.887	2.434.471
(-) Despesas Empenhadas	(2.663.302)	(2.700.101)
(-) Investimentos	(3.767)	(17.112)
(=) Superávit/Déficit Orçamentário Apurado	<u>(103.182)</u>	<u>(282.742)</u>
Resultado Financeiro	2018	2017
Saldo Disponível Apurado	325.863	429.725
(-) Passivo Financeiro	(287.798)	(199.306)
(=) Superávit/Déficit Financeiro Apurado	<u>38.065</u>	<u>230.420</u>

O ativo financeiro compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

O passivo financeiro é calculado a partir das contas crédito empenhado a liquidar e contas do passivo que representem obrigações independentes de autorização orçamentária para serem realizadas.

O Superávit Financeiro constitui entre a diferença positiva do ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de créditos neles vinculadas. Portanto, trata-se de saldo financeiro e não de nova receita a ser registrada. O superávit financeiro pode ser utilizado como fonte para abertura de créditos suplementares e especiais.

18. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Seguro de Imóveis	Incêndio/ Queda de Raio/ Explosão/ Implosão acidental/ Fumaça/ Queda de aeronave - Verba Prédio e Conteúdo	1.000.000,00
	Danos Elétricos	10.000,00
	Perda ou pagamento de aluguel a terceiro	30.000,00
	Quebra de vidros	3.000,00
	Roubo e/ou subtração de bens mediante arrombamento	20.000,00
	Vendaval/ Furacão/ Ciclone/ Granizo/ Impacto de Veículos terrestres	60.000,00
	Total Cobertura Contratada (Imóveis)	1.123.000,00
Seguro de Veículos* (frota de 3 veículos)	casco	100% da tabela FIPE
	Danos Materiais (valor por veículo)	150.000,00
	Danos Corporais (valor por veículo)	150.000,00
	Morte (valor por pessoa)	20.000,00
	Invalidez Permanente (valor por pessoa)	20.000,00
	Danos morais (valor por veículo)	60.000,00
	Total Cobertura Contratada (Veículos)	400.000,00

* os valores para as coberturas estão apresentados por veículo

Os valores apresentados para o item "seguro de imóveis" estão dispostos na Apólice nº 18-34-004-768, no ramo empresarial, no produto Liberty Escritórios, referente ao contrato nº 82954117 / 1, cotação Nº 6328829, contratado com a Seguradora Liberty Seguros S/A, CNPJ 61.550.141/0001-72. Apólice com vigência das 24 horas do dia 11 de janeiro de 2018 às 24 horas de 11 de janeiro de 2019.

Os valores apresentados para o item "seguro de veículos" estão dispostos de modo unitário. Portanto, para cada veículo do Conselho, os valores segurados estão dispostos por tipo de cobertura.

A apólice do item “seguro de veículos” é a de nº 01.059.131.128287833, constante da renovação da Apólice 01.059.131.008904 Versão: 08.86.06, contratada junto a HDI Seguros S.A., CNPJ 29.980.158/0052-05, mediante proposta 128287833, e com vigência das 24 horas do dia 06 de agosto de 2017 às 24 horas do dia 06 de agosto de 2018 (365 dias). Em agosto de 2018 houve a renovação da apólice, mediante Especificação da Proposta nº 01.059.131.274115, renovação da apólice 01.059.131.010508 Versão: 08.98.05, também contratada junto à mesma seguradora disposta acima. Esta última renovação com novo período de Vigência, disposto das 24 horas do dia 06 de agosto de 2018 às 24 horas do dia 06 de agosto de 2019.

Para ambas as apólices de seguros contratadas em 2017 e 2018, o Corretor foi a Empresa SCUDLER ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - EPP, CNPJ 01.354.256/0001-60.

19. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

20. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes à data do encerramento do Exercício Social de 2018, o que tornou desnecessário qualquer apontamento em Notas Explicativas de um tópico específico para Eventos Subsequentes.

Responsáveis pelas informações:

Contador Moacir Dias Cardoso Junior
Contador do Conselho de Arquitetura e Urbanismo
de Mato Grosso do Sul
CRC/MS 012685-O

Arquiteto e urbanista Cláudio Lisias Lucchese
Gerente Administrativo e Financeiro do Conselho
de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso do Sul
CPF 031.124.538-24

Arquiteto e urbanista Luís Eduardo Costa
Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo
de Mato Grosso do Sul
CPF 543.985.681-15